001

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD Nº 032

PRC 30 - Inex - 28

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. Necessidade: *Contratação da **BANDA UAI SÔ** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.*

1. Justificativa da necessidade:

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Após a assinatura do contrato.

Recebi 16/01/26 10:25h Bárbara

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	Contratação da banda Uai Sô	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) Emenda Parlamentar

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação nomeado pelo decreto nº 12.373, de 14 de julho de 2025, bem como o servidor Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO (31)3558 2315

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 032

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 10/11/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 032

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação da BANDA UAI SÔ para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	Contratação da banda Uai Sô	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

006

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do

preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação da banda Uai Sô	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Estimular a continuidade das manifestações populares, garantindo que as novas gerações tenham contato e valorizem as tradições culturais.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1° do art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo. A Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final

de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 10 de novembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1			
Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.		Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.		Gestor do contrato

RISCO 2			
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato		
Id	Dano		
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.		Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.		Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação da **BANDA UAI SÔ** para compor a programação do Carnaval de Mariana de 2026.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular

4) Serviço contínuo: Não se aplica

5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia

local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	2	UN	Contratação da banda Uai Sô	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual
A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, a produção do artista e os responsáveis pela organização, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico do artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver

inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos pretendidos.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

A contratação será intermediada por sua representação exclusiva, devidamente comprovada mediante apresentação de documento que ateste a exclusividade da empresa ou empresário responsável pela gestão da carreira do artista. Esta exigência está prevista no §1º do art. 74 da Lei 14.133/2021, como condição para a legalidade da inexigibilidade.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, § 4 da referida legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração atestando que a pessoa jurídica a ser contratada não emprega servidor público.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço ocorrerá em dia, local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trintâ) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Calos Roberto da Silva CPF 088.567.866-48, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 90 dias.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação da **BANDA UAI SÔ** para compor a programação do carnaval de Mariana 2026, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 14 de janeiro de 2026.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA DE MARIANA
Secretaria de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que MALUTE SOM & EVENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 01.086.433/0001-74 representantes exclusivo da Banda Uai Sô, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do show da Banda Uai Sô, procedeu-se à análise do orçamento apresentado, tomando-se como referência os valores praticados pela empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA, detentora do contrato de exclusividade para a intermediação e gestão dos shows do referido artista.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada com base nas notas fiscais emitidas pela mencionada empresa, devidamente válidas e representativas dos valores de mercado atualmente praticados para apresentações da Banda Uai Sô.

Considerando que a empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA é a única representante autorizada para a comercialização e intermediação dos shows da artista, resta caracterizada a inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de empresário exclusivo.

Dessa forma, a contratação do show da Banda Uai Sô encontra-se devidamente fundamentada, atendendo aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da economicidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

Malute
EVENTOS

a

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

BANDA UAI SÔ (PAVAHOT)

PROPOSTA PARA SECRETARIA DE CULTURA DE MARIANA.
CARNAVAL DE MARIANA 2026.

LEVAMOS AO PALCO MÚSICAS SAMBA, SERTANEJO FORRÓ POP ROCK NACIONAL, PAGODE AXÉ, PRA FESTIVIDADES DO MUNICIPIO, E FESTA TRADICINAIS DO MUNICIPIO DE MARIANA.

ENTREGRANTES: ALAN ARES, GUSTAVO ALGUSTO, RENATO RAMOS, MARCELO ALEXANDRE.

SENDO DUAS HORAS DE APRESENTAÇÃO.

VALOR DE CADA APRESENTAÇÃO VALOR:CR$ 5 .000,00REAIS.

MALUTE SOM E EVENTOS LTDA.
RUA GENOVEVA LEÃO LEMOS N 30
MARIANA DIA 09 DE JANEIRO DE 2026.
TELEFONE: ZAP (31) 984789031/ ZAP (31)999955788.

RESPONSAVÉL.
MARIO LUCIO TEIXEIRA.

CONFERE COM ORIGINAL

CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE

INSTRUMENTO PARTICULAR DE REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO COMO **REPRESENTANTE** MALUTE SOM E EVENTOS LTDA E DO OUTRO LADO COMO **REPRESENTADO** BANDA UAI SÔ (PAVAHOT) NA FORMA ABAIXO:

Por este instrumento particular de Contrato de representação artística que entre si celebram de um lado como representante—MALUTE SOM E EVENTOS LTDA situada NA RUA GENOVEVA N* 30 Cidade: —MARIANA MG -CEP.35.424.152-, CNPJ Nº—01086433/0001-74, através do seu representante legal —MÁRIO LUCIO TEIXEIRA CIC 62045466604—RGMG3367190–residente—RUA GENOVEVA N*30 e do outro lado, como representado ALAN AÍRES DE MOURA brasileiro, residente e domiciliado a AVENIDA GERALDO GONSALVES DA CUNHA N*155 BAIRRO CHACARA CEP35.4260-94

Mariana -MG CPF: 102.155.686-64 -RG MG 15.472.829 tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – constitui objeto do presente contrato a representação em caráter exclusivo, do representado pelo representante, na qualidade de seu empresário artístico.
CLÁUSULA SEGUNDA – O empresário poderá firmar contrato em nome de seu representado em caráter exclusivo, para a realização de apresentações artísticas, em show ou eventos, em qualquer parte do território nacional, ajustado em nome do representado, valor do cachê, número de apresentações, local e horário.
CLÁUSULA TERCEIRA – Pelo presente, declara o contratado artista que o contratante empresário é o seu único representante em todo o território nacional, detendo a exclusividade para contratação de suas apresentações podendo ajustar com terceiros as condições das mesmas.
CLÁUSULA QUARTA – O presente contrato é válido pelo prazo de **2 anos** a contar da data de assinatura.
CLÁUSULA QUINTA – Este ajuste obriga as partes contratantes sem herdeiros e sucessores.
CLÁUSULA SEXTA – Fica eleito o foro da cidade de Mariana, dirimir qualquer dúvida ou questões decorrentes do presente.

E por estarem assim de pleno acordo com as CLÁUSULAS, termos e condições deste instrumento, assinam o presente em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos legais.

MARIANA DIA 07 DE OUTUBRO DE 2025

2º OFÍCIO

MALUTE SOM E EVENTOS LTDA

2º OFÍCIO

CPF:102.155.686-64

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF:

2. _____

CPF:

CONFERE COM ORIGINAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO OUTORGANTE.

OUTORGANTE: MARIO LUCIO TEIXEIRA
Pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CPF: 620.454.666-04 SOB NUMERO, CNPJ 01.086.433/0001-74

Localizada na RUA GENOVEVA LEÃO LEMOS N*30, CEP:35.424.152, no município de no Estado de MINAS GERAIS.

OUTORGADO: Sr.(a) Alan Aires de Moura nacionalidade brasileira, Divorciado, MÚSICO, inscrito no CPF nº 10215568664 e portador(a) do Doc. de Identidade Civil ou Profissional nº Mg15472829 – POLÍCIA CIVIL, residente e domiciliado ou com escritório profissional localizado(a) na Avenida Geraldo Gonçalves da cunha número 115a, no BAIRRO Chácara, CEP 35426094, no município de MARIANA no Estado de MINAS GERAIS.

PODERES: POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO COM PODERES PARA FIM DE REPRESENTAR EM AÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS, INCLUINDO MAIS NÃO SE LIMITANDO A: ASSINAR CONTRATOS, ACORDOS E DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.NEGOCIAR E FIRMAR ACORDOS FINANCEIROS E/OU DE DIREITOS AUTORAIS EM MEU NOME, COM RESPEITO ÀS CLÁUSULAS LEGAIS PERTINENTES, VISANDO SEMPRE O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE NA ESFERA ARTÍSTICA E CULTURAL; TOMAR DECISÕES E PROVIDENCIAR A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PROJETO ARTÍSTICO SEJA ELE DE NATUREZA COMERCIAL OU NÃO, E NO ÂMBITO QUE MELHOR ATENDA AOS MEUS INTERESSES ARTÍSTICOS PRAZO DE VALIDADE: a presente procuração tem validade até 06 de fevereiro de 2030 MARIANA –Minas gerais.

MARIANA DIA 09 JANEIRO DE 2026.

CONFERE COM ORIGINAL

DECLARAÇÃO CONJUNTA

EMPRESA: MALUTE SOM EEVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.086.433/0001-74, com sede na RUA GENOVEVA LEÃO LEMOS N* 30 BARRO PRETO por intermédio de seu representante legal MARIO LUCIO TEIXEIRA, infra-assinado, portadora da Carteira de Identidade nº MG: 3.367190, CPF nº 62045466604, sob as penas da lei, DECLARA que:

- Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal);
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso IV, do art. 14° da Lei 14.133/2021);
- Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);

MARIANA DIA 09 JANEIRO DE 2026.

Assinatura

CONFERE COM ORIGINAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) 027

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31209965709	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2200995511

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

MARIANA
Local

1 NOVEMBRO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/579.248-6	MGP2200995511	14/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
620.454.666-04	MARIO LUCIO TEIXEIRA

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MALUTE SOM & EVENTOS LTDA-ME

MÁRIO LÚCIO TEIXEIRA, brasileiro, casado regime de bens, comunhão parcial, nascido em 11/05/1964, empresário, portador da CI nº 3.367.190 expedida pela SSP/MG e CPF nº 620.454.666-04, residente e domiciliado à Rua Genoveva Leão Lemos, nº. 30 A, bairro Barro Preto em Mariana/MG e **JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA,** brasileiro, solteiro, nascido em 25/08/1990, empresário, portador da CI nº MG-15.766.254 expedida pela SSP/MG e CPF nº 108.539.766-19, residente e domiciliado à Rua Genoveva Leão Lemos, nº. 30-A, bairro Barro Preto em Mariana/MG, filho de Mario Lúcio Teixeira e Marcilene Xavier Teixeira, únicos sócios da sociedade empresária limitada **"MALUTE SOM & EVENTOS LTDA-ME"**, com sede na Rua Genoveva Leão Lemos nº 30, centro em Mariana/MG, CEP: 35.420-000, com contrato social arquivado na JUCEMG sob o NIRE nº 31209965709 em 04/10/2013, inscrita no CNPJ sob nº 01.086.433/0001-74, primeira alteração contratual sob o nº 5818643 em 18/08/2016 e segunda alteração contratual sob o nº 7996413 em 04/09/2020, resolveram em comum acordo alterar o contrato social, como a seguir se contrata.

I - A sociedade gira sob a denominação social de **"MALUTE SOM & EVENTOS LTDA-ME"**, e sua sede que era á Rua Genoveva Leão Lemos, nº 30 centro em Mariana/MG CEP 35420-000, **passa a ser: Rua Genoveva Leão Lemos, nº 30, bairro Barro Preto em Mariana/MG CEP 35424-152**.

II – O sócio **JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA,** retira-se desta sociedade cedendo e transferindo 900 (novecentas) quotas no valor de R$10,00 (dez reais) cada, perfazendo a sua quota parte de R$9.000,00 (nove mil reais) para o sócio **MÁRIO LÚCIO TEIXEIRA**.

III – O sócio **JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA** que se retira da sociedade declara haver recebido, neste ato, a quantia de R$ 9.000,00 (nove mil reais), correspondente as 900 (novecentas) quotas de R$10,00 (dez reais) cada, do sócio **MÁRIO LÚCIO TEIXEIRA**, assim também, como declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, sendo a que titulo for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral raza e irrevogável quitação.

IV – A administração da sociedade que era exercida pelos sócios administradores **MARIO LÚCIO TEIXEIRA e JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA, passa a ser exercida pelo sócio MARIO LÚCIO TEIXEIRA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

V – Os administradores, **MARIO LÚCIO TEIXEIRA e JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA,** declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, **passa a ser**. O administrador, **MARIO LÚCIO TEIXEIRA**, declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

A VISTA DA MODIFICAÇÃO ORA AJUSTADA CONSOLIDA-SE O PRESENTE CONTRATO SOCIAL, DE ACORDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade continua com o nome empresarial de **"MALUTE SOM & EVENTOS LTDA-ME"**, com sede na Rua Genoveva Leão Lemos nº 30, bairro Barro Preto em Mariana/MG, CEP: 35424-152.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 6.000 (seis mil) quotas de R$ 10.00 (dez reais) cada subscrito e integralizado em moeda corrente do país, neste ato, distribuído do seguinte modo:

NOME	%	Nº DE QUOTAS	VALOR R$
MARIO LÚCIO TEIXEIRA	100	6.000	60.000,00
TOTAL	100	6.000	60.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: O objetivo comercial da sociedade é: ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SOM COM OPERADOR, SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOM PARA CASAS DE ESPETÁCULOS, DE ILUMINAÇÃO CÊNICA, DE ILUMINAÇÃO LIGADA ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS, SONORIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ARTES CÊNICAS, ATIVIDADE DE FORNECIMENTO DE TELÃO COM OPERADOR, SERVIÇOS DE CARRO DE SOM PARA PUBLICIDADE, DE PROPAGANDA VOLANTE, DE SOM PARA PUBLICIDADE, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, FESTAS FAMILIARES, INFANTIS, FESTAS JUNINAS, CARNAVAL, RÉVEILLON, ORGANIZAÇÃO DE FORMATURAS, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS, PRODUÇÃO MUSICAL, ATIVIDADES DE ARTES CÊNICAS MUSICAIS INDEPENDENTES, DE BANDA MUSICAL, DE CONJUNTO MUSICAL, EVENTO CULTURAL MUSICAL, PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS, ATIVIDADES DE GRUPO MUSICAL, DE PRODUÇÃO MUSICAL (DJ/DEE JAY), ATIVIDADES DE TRIO ELÉTRICO, ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E RECREAÇÃO EM FESTAS E EVENTOS, RUA DE LAZER, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENTRETENIMENTO INFANTIL, MONTAGEM DE CENÁRIOS, PALCOS E TABLADOS, SERVIÇOS DE EFEITOS ESPECIAIS LIGADOS ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS, ESPETÁCULO DE SOM E LUZ, SERVIÇOS DE MONTAGEM DE CENÁRIOS, DE OPERAÇÃO DE CÂMERA, SERVIÇOS AUXILIARES ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS, SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM (PARA USO PROFISSIONAL), CÂMERAS DIGITAIS, EQUIPAMENTO PROFISSIONAL DE SOM E VÍDEO, EQUIPAMENTO DE ÁUDIO VISUAL E EQUIPAMENTOS DE FILMAGEM/GRAVAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE RADIOAMADORES, LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS NÃO ELETRÔNICOS, ALUGUEL E MONTAGEM DE STANDES, ESTRUTURAS, TENDAS, TOLDOS PARA FEIRAS E EVENTOS, DECORAÇÃO PARA FESTAS EM GERAL, SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO, ARBITRAGEM DE FUTEBOL. DECORAÇÃO DE CARNAVAL, FOTOGRAFIA, BANNERS, FAIXA DE LETREIROS.

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade será por prazo indeterminado;

CLÁUSULA QUINTA: As quotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, igualdade de condições, preço e direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, alteração contratual pertinente:

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador/sócio **MARIO LÚCIO TEIXEIRA,** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência mediante alteração contratual deliberada na forma da Lei

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: o sócio poderá de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou sendo interditado a qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores, e o incapaz. Não sendo possível o inexistindo interesse deste ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O administrador, **MARIO LÚCIO TEIXEIRA** declara sob as penas da Lei, de que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica estabelecido que a sociedade não tem Conselho Fiscal, todavia, para suas deliberações os sócios adotam preferencialmente a forma estabelecida no parágrafo 3º do art. 1.072 do CC. Tornando-se, portanto dispensáveis a reunião ou assembleia quando todos os sócios decidirem;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sociedade é empresária sob a forma de sociedade limitada, regida pelo novo C.C. (Lei nº 10.406 de 10/01/2002) art. 1.052 e seguintes;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As modificações do contrato social que tenha por objeto materiais tais como: denominação, sede, objeto, administração, aumento de capital, admissão de novos sócios, destinação de lucros, somente poderão ser processadas por deliberação unânime dos sócios, tornando-se dispensáveis reuniões ou assembleia quando os sócios decidirem por escrito, como determina a cláusula décima quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica eleito o foro de Mariana para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Todas demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade não alcançados pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam este instrumento em via única.

Mariana (MG), 13 de outubro de 2022.

MARIO LÚCIO TEIXEIRA
Sócio Administrador

JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA
Sócio Administrador

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

030

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/579.248-6	MGP2200995511	14/11/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
108.539.766-19	JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA
620.454.666-04	MARIO LUCIO TEIXEIRA

CONFERE COM O ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral: Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, de NIRE 3120996570-9 e protocolado sob o número 22/579.248-6 em 14/11/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9693789, em 17/11/2022. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Glaucia Azevedo Ottoni.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
620.454.666-04	MARIO LUCIO TEIXEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
620.454.666-04	MARIO LUCIO TEIXEIRA
108.539.766-19	JONATHAN NATANAEL XAVIER TEIXEIRA

Belo Horizonte. quinta-feira, 17 de novembro de 2022

Documento assinado eletrônicamente por Glaucia Azevedo Ottoni, Servidor(a) Público(a), em 17/11/2022, às 11:18 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/579.248-6.

Página 1 de 1

CONFERE COM ORIGINAL

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 17 de novembro de 2022

CONFERE COM ORIGINAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9693789 em 17/11/2022 da Empresa MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME, Nire 31209965709 e protocolo 225792486 - 14/11/2022. Autenticação: 1DD0A3F98025B80B6806CD6CB878FF0CA85675A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/579.248-6 e o código de segurança iJbD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/11/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

032

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
60.983.824/0001-50 **MATRIZ**		**23/05/2025**

NOME EMPRESARIAL
60.983.824 SARA PAIVA DA ROCHA MENDES AZEVEDO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GIL DO VAL	**45**	**APT 202**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
39.802-230	**VILA VITORIA**	**TEOFILO OTONI**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SARA.PAIVA@OUTLOOK.COM	**(33) 8752-9407**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**23/05/2025**

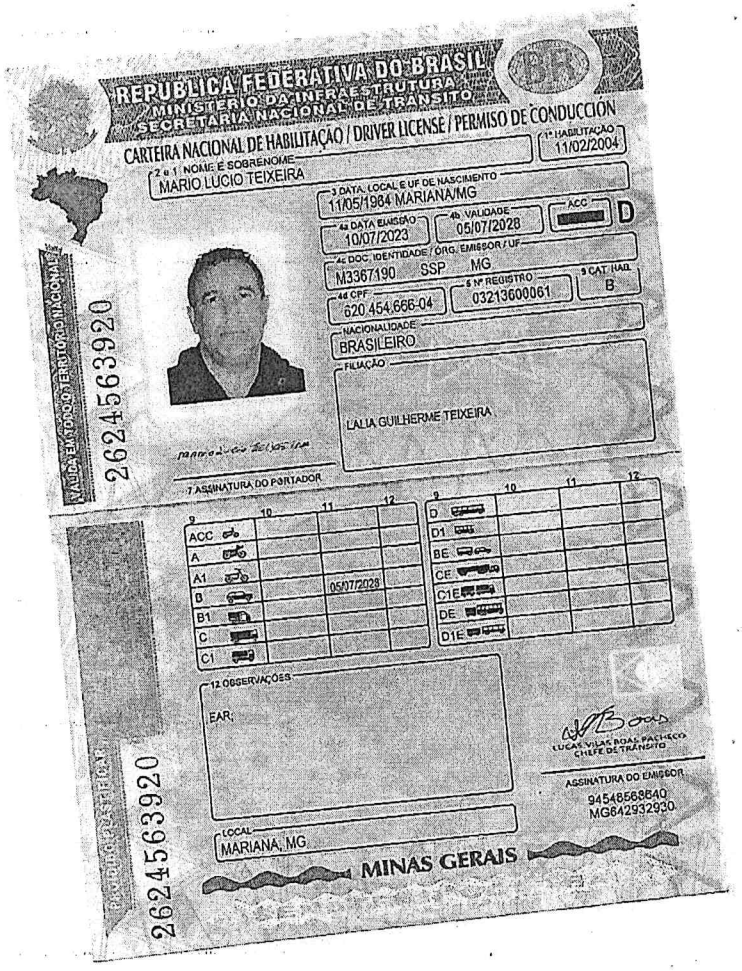
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/05/2025** às **22:07:38** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONFERE COM ORIGINAL


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

1ª HABILITAÇÃO: 11/02/2004

2 e 1 NOME E SOBRENOME: MARIO LUCIO TEIXEIRA

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 11/05/1984 MARIANA/MG

4a DATA EMISSÃO: 10/07/2023

4b VALIDADE: 05/07/2028

ACC: D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: M3367190 SSP MG

4d CPF: 620.454.666-04

4e Nº REGISTRO: 03213600061

5 CAT. HAB.: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: LALIA GUILHERME TEIXEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1			05/07/2023	
B				
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES: EAR

LUCAS VILAS BOAS PACHECO
CHEFE DE TRÂNSITO

ASSINATURA DO EMISSOR

94548568840
MG642932930

LOCAL: MARIANA, MG

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2624563920

2624563920

CONFERE COM ORIGINAL

Data: 07/04/2025 09h22min

Número	Validade
3351	31/03/2026

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

034

Alvará de Localização e Funcionamento

Concedido à
MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME CNPJ: 01.086.433/0001-74

Nome fantasia
MALUTE SOM

Para estabelecer na
Rua GENOVEVA LEAO LEMOS, 30 - Bloco 0 - Apto 0 - Compl. 0 - Bairro CENTRO - CEP: 35424152

Objeto Social
ATIVIDADE DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO COM OPERADOR, FORNECIMENTO DE TELÃO, SERVIÇO DE

Atividades
Atividades de sonorização e de iluminação
Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

Horário de funcionamento
Horario comercial -

Econômico	Início da atividade	Código de controle	Aviso
117	14/01/2003	CWVMIIJVIQBNQFL0	

Condicionante(s)

Descrição	Opção
Condicionantes 3	Condição 1 - Transporte
Condicionantes 1	Nenhum
Condicionantes 4	Condição 3 - Sonorização
Condicionantes 2	Condicionado a Lei 228/22 -Plano Di
Condicionantes 5	Condição 5 - Meio Ambiente
Condicionantes 7	CONDICIONADO A AUTORIZAÇÃO DE TRAFEGO LIBERADO PELO DEMUTRAN -

CONFERE COM ORIGINAL

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Mariana (MG), 07 de Abril de 2025



DADOS BANCARIOS: BANCO BRADESCO, AGENCIA 2068-0. CONTA CORRENTE: 1457-5. CNPJ: 01.086.433/0001-74.
EMPRESA: MALUTE SOM E EVENTOS LTDA.

CONFERE COM ORIGINAL

Data: 02/12/2025 15h27min

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

Número	Validade
18838	02/03/2026

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

MALUTE SOM & EVENTOS LTDA - ME CNPJ: 01086433000174

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWLBA3T3EMOAAJL1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
https://www.mariana.mg.gov.br/

Mariana (MG), 02 de Dezembro de 2025

CONFERE COM ORIGINAL

JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - Centro
Mariana (MG) - CEP: 35420000 - Fone:3135579000

037

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 03/12/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 03/03/2026

NOME: MALUTE SOM & EVENTOS LTDA		
CNPJ/CPF: 01.086.433/0001-74		
LOGRADOURO: RUA GENOVEVA LEAO LEMOS		NÚMERO: 30
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BARRO PRETO	CEP: 35424152
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MARIANA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000941959226

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MALUTE SOM & EVENTOS LTDA
CNPJ: 01.086.433/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:52:36 do dia 03/09/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/03/2026.
Código de controle da certidão: **D7BA.985A.FC59.A92C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

MARIANA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: MALUTE SOM & EVENTOS LTDA-ME
CNPJ: 01.086.433/0001-74

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 05 de Dezembro de 2025 às 15:55

MARIANA, 05 de Dezembro de 2025 às 15:55

CONFERE COM ORIGINAL

Código de Autenticação: 2512-0515-5504-0389-7816

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MALUTE SOM & EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 01.086.433/0001-74
Certidão nº: 4720070/2026
Expedição: 22/01/2026, às 16:06:43
Validade: 21/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MALUTE SOM & EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.086.433/0001-74, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

041

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.086.433/0001-74
Razão Social: MALUTE SOM & EVENTOS LTDA
Endereço: R GENOVEVA LEAO LEMOS 30 / BARRO PRETO / MARIANA / MG / 35424-152

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/12/2025 a 27/01/2026

Certificação Número: 2025122902330090379195

Informação obtida em 14/01/2026 09:43:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000004

Data da emissão da nota: 20/02/2025 15:53:40

Data do fato gerador: 20/02/2025 15:53:40

Código de verificação: QWAMKPT54

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: UAI SÔ BANDA

Nome/Razão social: ALAN AIRES DE MOURA - 10215568664 Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 34.750.882/0001-24 Inscrição municipal: 8606 Telefone: (31) 98646-5931

Endereço: R DOS INCONFIDENTES Número: 155 Bairro: SAO JOSE CEP: 35420-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: uaisobanda@hotmail.com Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: KS Informatica LTDA e CIA

CPF/CNPJ: 45.281.602/0001-00 Inscrição municipal: 12 Inscrição estadual:

Endereço: ARTUR VITORINO COELHO Número: 206 Bairro: MORRO DO CRUZEIRO CEP: 35400-000

Complemento:

Município: Ouro Preto UF: MG

E-mail: Telefone: Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação musical do cantor Pavahot e Banda uaisô ,Para festividades do pré carnaval ¨sitio folia ¨ em santa Barbara -Mg no dia 15/02/2025 .	7.000,0000	1,0000	7.000,0000	7.000,00x5,00 =	350,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	7.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 7.000,00 **Valor líquido = R$ 7.000,00**

Códigos dos serviços:

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	7.000,00	350,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Situação desta NFS-e: Normal

Valor aproximado do tributo federal - R$ 941,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 223,30 (3,19%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

Esta nota fiscal não foi assinada digitalmente.

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000005

Data da emissão da nota: 20/02/2025 16:13:39

Data do fato gerador: 20/02/2025 16:13:39

Código de verificação: BZJVHDTHQ

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: UAI SÔ BANDA

Nome/Razão social: ALAN AIRES DE MOURA - 10215568664 Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 34.750.882/0001-24 Inscrição municipal: 8606 Telefone: (31) 98646-5931

Endereço: R DOS INCONFIDENTES Número: 155 Bairro: SAO JOSE CEP: 35420-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: uaisobanda@hotmail.com Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: Arlindo lopes da Rocha

CPF/CNPJ: 54.338.179/0001-10 Inscrição municipal: Inscrição estadual:

Número: 63 CEP: 35447-000

Complemento:

Município: Barra Longa UF: MG

E-mail: Telefone: Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação Musical do cantor Pavahot e banda Ualsô ,para festividade reveillon do esquina goumert no dia 31/12/2024 .	8.000,0000	1,0000	8.000,0000	8.000,00x5,00 =	400,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	8.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 8.000,00 **Valor líquido = R$ 8.000,00**

Códigos dos serviços:

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	8.000,00	400,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces
Situação desta NFS-e: Normal

Valor aproximado do tributo federal - R$ 1.076,00 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 255,20 (3,19%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

Esta nota fiscal não foi assinada digitalmente.

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000004

Data da emissão da nota: 20/02/2025 15:53:40

Data do fato gerador: 20/02/2025 15:53:40

Código de verificação: QWAMKPT54

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: UAI SÔ BANDA

Nome/Razão social: ALAN AIRES DE MOURA - 10215568664 Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 34.750.882/0001-24 Inscrição municipal: 8606 Telefone: (31) 98646-5931

Endereço: R DOS INCONFIDENTES Número: 155 Bairro: SAO JOSE CEP: 35420-000

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: uaisobanda@hotmail.com Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: KS Informatica LTDA e CIA

CPF/CNPJ: 45.281.602/0001-00 Inscrição municipal: 12 Inscrição estadual:

Endereço: ARTUR VITORINO COELHO Número: 206 Bairro: MORRO DO CRUZEIRO CEP: 35400-000

Complemento:

Município: Ouro Preto UF: MG

E-mail: Telefone: Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação musical do cantor Pavahot e Banda uaisô ,Para festividades do pré carnaval "sitio folia " em santa Barbara -Mg no dia 15/02/2025 .	7.000,0000	1,0000	7.000,0000	7.000,00x5,00 =	350,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	7.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 7.000,00 **Valor líquido = R$ 7.000,00**

Códigos dos serviços:

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	7.000,00	350,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces
Situação desta NFS-e: Normal

Valor aproximado do tributo federal - R$ 941,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 223,30 (3,19%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO
(31)3552-3116
issqn@ouropreto.mg.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
31461072245281602000100000000000000726011757850430

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
7	12/01/2026	12/01/2026 07:15:20
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
13	900	12/01/2026 07:15:20

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e
Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
45.281.602/0001-00	-	(31) 3551-4259

Nome / Nome Empresarial
KS INFORMATICA LTDA & CIA LTDA

E-mail
CONTABILIDADEVERACAR@GMAIL.COM

Endereço
ARTUR VITORINO COELHO, 206, BAUXITA

Município
Ouro Preto - MG

CEP
35402-218

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
18.295.303/0001-44	-	-

Nome / Nome Empresarial
MUNICIPIO DE MARIANA

E-mail
-

Endereço
JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N, CENTRO

Município
Mariana - MG

CEP
35420-003

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
12.13.01 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, e...	-	Mariana - MG	-

Descrição do Serviço
Show Da Banda PAvahot Uai So em atendimento ao calendário de eventos do municipio

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	Ouro Preto - MG	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Benefício Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 5.000,00	-	-	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
R$ 5.000,00	2,00%	Retido pelo Tomador	R$ 100,00

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	CP	CSLL	
-	-	-	
PIS	**COFINS**	**Retenção do PIS/COFINS**	**TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL**
-	-	-	-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 5.000,00	R$	R$	R$ 100,00
...RF, CP,CSLL - Retidos	**PIS/COFINS Retidos**		**Valor Líquido da NFS-e**
R$ 0,00	-		**R$ 4.900,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Cod Evt: 240011339200162074339039 00

CONFERE COM ORIGINAL

CEMIG

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087
AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

MARIO LUCIO TEIXEIRA

RUA GENOVEVA LEAO LEMOS 30 CX A
BARRO PRETO
MARIANA - MG
CEP: 36424162

CPF: 620.4**.***-**

Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação	Subclasse	Classe
3003092184	RESIDENCIAL	Monofásico

Anterior	Atual	Próxima	Modalidade Tarifária
30/08	30/09	31/10	Tarifa Convencional

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criado pela Lei nº 10.438 de abril de 2002
Controle: 32065/1452520/0065 Data da Impressão: 30/09/2025 16:42:44
NOTA FISCAL: 314096692 Série: 000 Data de emissão: 30/09/2025

Chave de acesso: 31250906981180000116660003140965822066162891
EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMM222078609	9873	10164	1	291

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/ COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	291	1,19597171	348,00	12,60	348,00	18,00	62,64	0,93735000
Contrib.Custeio Ilum. Pública				44,07					

PAGO dia 05
R$ 1740,00

Total	392,07	12,60	348,00		62,64	
BANDEIRA VERMELHA P2 Já incluído no valor a pagar	29,20					Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
SET/2025	18/10/2025	R$ 392,07

	Base de Cálculo (R$):	Alíquota %:	Valor (R$):
ICMS	348,00	18,00	R$ 62,64
ICMS	286,36	0,79	R$ 2,26
PASEP	286,36	3,63	R$ 10,36
COFINS			

Histórico de Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Media kWh/dia	Dias de Faturam.
SET/2025	291	9,38	31
AGO/2025	260	8,38	31
JUL/2025	309	10,30	30
JUN/2025	315	10,16	31
MAI/2025	267	8,90	30
ABR/2025	291	9,70	30
MAR/2025	362	11,31	32
FEV/2025	326	11,64	28
JAN/2025	308	9,93	31
DEZ/2024	340	10,96	31
NOV/2024	392	13,51	29
OUT/2024	353	11,38	31
SET/2024	343	11,06	31

REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES

Informações Gerais

AGO/25 Band. Verm. P2 - SET/25 Band. Verm. P2. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.459, de 20/05/2025. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros)baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade

Pix: Pague Aqui

CÓDIGO DE DÉBITO (Automático)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
000030921845	18/10/2025	R$ 392,07
SET/2025	3003092184	

REFERENTE A: Nº DA INSTALAÇÃO:

83630000003-8 92070138002-3 22760211911-6 00030921845-1

CEMIG

CONFERE COM ORIGINAL

Input List

1. VS dois Direct BOX /ponto ACC
2. surdo /MIC Shure BETA 52
3. pandeiro / miC SHURE SM 57 LC
4. Efeitos/ mic SHURE SM 57
5. timbal /SM 57 shure
6. bacurinha SM 57 bacurinha
7. caixa shure BETA 56A
8. bateria STEIRA /SHURE SM 57
9. caixa SHURE sm 57
10. caixa efeito shure sm 57
11. bumbo SHURE PG 52
12. tom 1 PG 56 SHURE
13. tom 2 PG 56 SHURE
14. surdo PG 56 SHURE
15. CHIMBAL SHURE sm 94
16. pratos PG 51
17. PRatos PG 51
18. ESTRELA Microfone SEM FIO | Sennheiser XSW2 E835
19. VOZ COMUNICAÇÃO S58 SHURE

RETORNO
MESA DE SOM DIGITAL YAMAHA soundcraft Ui24

1. SAID
2. POWER PLAY VIAS
3. SUB PARA BATERIA

- bateria (fone) vs e click,bateria ,VOZ COMUNICAÇÃO
- percussão (VS E CLICK) ,PERCUSSÃO,VOZ COMUNICAÇÃO
- PAVAHOT VS E CLIK FONE ,VOZ,VOZ COMUNICAÇÃO
- SAID VS,BATERIA,PERCUSSÃO,voz estrela,VOZ COMUNICAÇÃO

PEDESTAIS e garrinha para bateria e percussão
6 DIRECT BOX
3 cabos extensor para fone em perfeito estado

P.A MESA DE SOUNDCRAFT Ui24 yamaha

RELEASE

Alan Pavahot e a Banda UaisÔ é natural de São Sebastião do Rio Preto – MG. Pai de dois filhos, Sara e Gustavo, Pavahot iniciou sua trajetória musical no ano de 2001, apresentando-se em bares e festivais de música na cidade de Mariana – MG.

Em 2004, destacou-se ao vencer o Festival de Música de Mariana com a banda Paralelo 20. A partir desse reconhecimento, gravou seu primeiro álbum, Rumo ao Novo Amanhecer, e passou a realizar shows em diversas cidades da Região dos Inconfidentes, consolidando seu nome no cenário musical regional.

Com um currículo artístico sólido, Pavahot integrou importantes bandas ao longo de sua carreira, como Abadah, Shenandoa, Sociedade Anônima, Paralelo 20 e Simetria. Também possui experiência como artista de abertura de shows de grandes nomes da música brasileira, entre eles Charlie Brown Jr., Michel Teló, Ivete Sangalo, Eduardo Costa, Almir Sater, Jorge Vercillo e Ana Carolina.

Formado em canto pela Universidade Bituca, em Barbacena – MG, Alan Pavahot segue atualmente em carreira solo e à frente da Banda UaisÔ. Ao lado de sua equipe, apresenta um repertório variado, animado e versátil, capaz de atender aos mais diversos tipos de eventos e públicos.

"O palco é a minha segunda casa. Cantar é a minha respiração, e meu coração é movido pela energia do público", afirma Pavahot.

Alan Pavahot conta com equipe própria e escritório fixo para atendimento aos seus clientes, garantindo profissionalismo, organização e qualidade em todas as etapas de contratação e produção. São 17 anos de atuação e carreira musical, consolidando sua trajetória no cenário artístico regional e estadual.

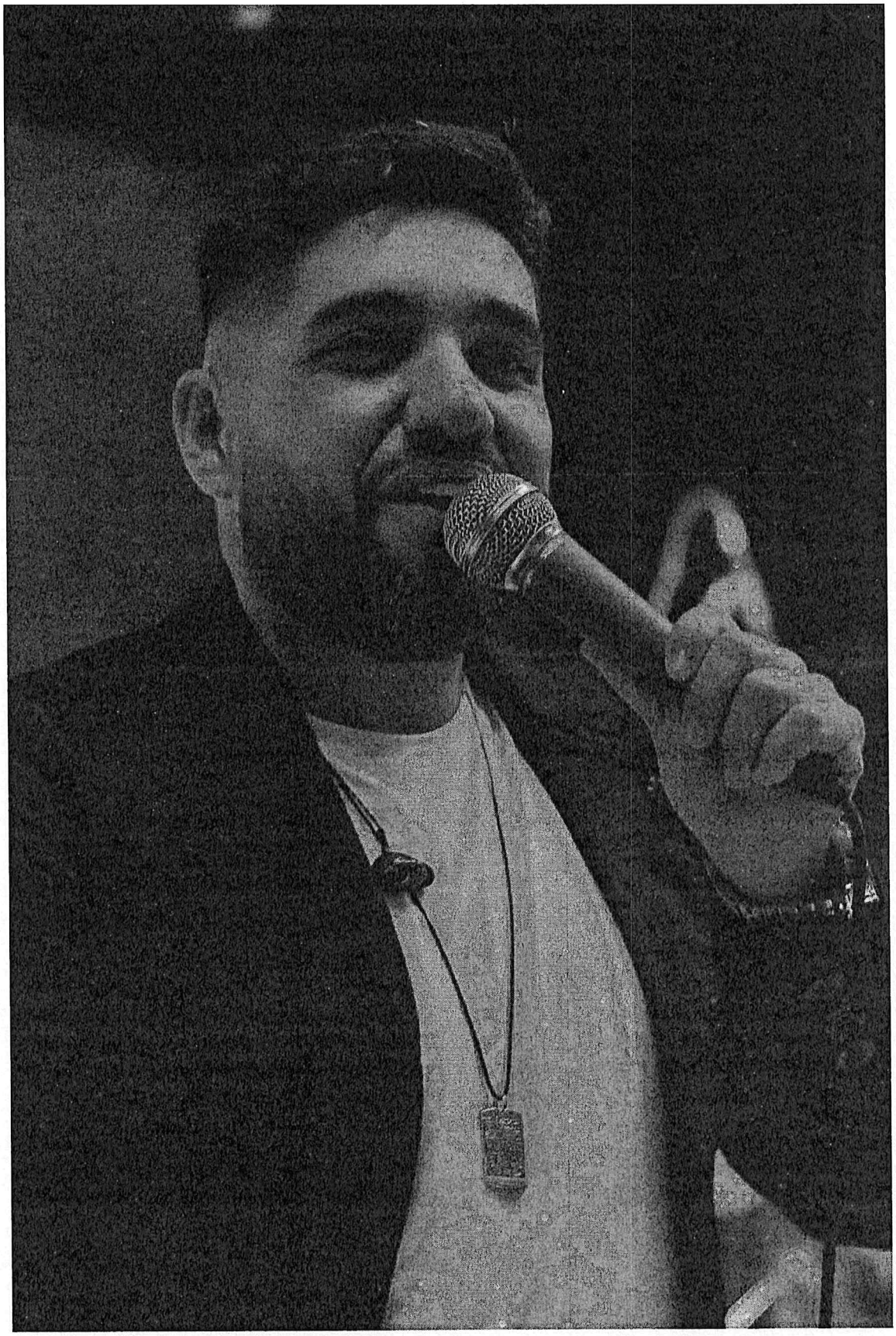
Anualmente, o artista realiza mais de 173 apresentações, passando por casas de shows, festas particulares, eventos institucionais promovidos por prefeituras, festivais culturais, entre outros formatos, sempre com forte presença de público e excelente receptividade.

Nas redes sociais, Alan Pavahot mantém contato direto com seu público e divulga seus trabalhos por meio do

Instagram: @alan_pavarote

YouTube: Alan Pavarote

O artista realizou a gravação de seu primeiro DVD promocional, marcando mais um importante capítulo em sua carreira.






Olavo Keesen
VEREADOR SAMUEL
EVENTO 100% COBERTO
ANIVERSÁRIO DISTRITO DE
PADRE VIEGAS
320 Anos
PROGRAMAÇÃO
///18.OUT SÁBADO
///PRAÇA PRINCIPAL
//PAVAROTE ÀS 19H
//BANDA TARRAXINHA ÀS 22H
REALIZAÇÃO:
APOIO:
MARIANA
WFT
@festasdepadreviegas2025
PROIBIDO A ENTRADA DE COOLER E GARRAFAS DE VIDRO NO EVENTO


O PRÉ CARNAVAL
Big Carpina
08/02 A PARTIR DAS 20:00
PAVAROTE E
BANDA

GOU
RMET



THIAGO MARTIN (30/12)
PAVAROTE E BANDA + DJ SURPRESA (31/12)

REVEILLON

no Espinha!


Catas Altas, Minas Gerais, Brazil


Magnifico Carnes

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

053

Solicitação de Compra Nº 34/2026

CONTRATAÇÃO DA BANDA UAI SÔ PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 12/01/2026

Organograma: 2400000000 - SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT

Local de Entrega: DISTRITOS E SEDE DO MUNICÍPIO

Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA UAI SÔ PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Justificativa: O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda.

Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade.

A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento.

Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento de grande porte e tradição regional.

Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	2,000	SV	APRESENTAÇÃO ARTISTICA BANDA UAI SÔ - APRESENTAÇÃO ARTISTICA BANDA UAI SÔ	5.000,0000	10.000,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado
24001133920016255233903900	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA	R$10.000,00

Preço Total Itens: 10.000,00

Mariana, 12 de Janeiro de 2026.

MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 22/01/2026
Usuário: pansierenunes

Nº do Bloqueio: **1318986/2026**
Data do Bloqueio: 13/01/2026

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.392.0016	Difusão Cultural
Projeto/Atividade:	2.552	REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA
Elemento:	3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Código reduzido:	575	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.0000	13/01/2026	30/2026	287.500,00	10.000,00	0,00	277.500,00

CONTRATAÇÃO DA BANDA UAI SÔ PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Termo de Abertura/Autuação

Ao 21° dia do mês de Janeiro do ano de **2026**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 030/2026**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

ERIKA ALVES QUIRINO
COORDENADORA GERAL DE COMPRAS

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exma. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATAÇÃO DA BANDA UAI SÔ PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA DE 2026.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21 e suas alterações. Sendo assim, sugerimos o uso da modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.001.13.392.0016.2552 339039 Fonte: 1500 Ficha 575

Valor Global Estimado: R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Mariana, 21 de Janeiro de 2026.

ERIKA ALVES QUIRINO
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

MARCOS EDUARDO BATISTA
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 28/2026

PROCESSO: 30/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA "BANDA UAI Sô" PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO CARNAVAL DE MARIANA/2026

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Lazer, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 28/2026, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em abrilhantar as festividades do "CARNAVAL 2026" no Município de Mariana;

CONSIDERANDO que as festividades do "CARNAVAL 2026" têm relevância cultural e social, que apresentação musical amplia a participação popular;

CONSIDERANDO a manifesta necessidade de estimular a celebração de eventos que valorizam a cultura local, além de fomentar a economia, divulgando o Município e atraindo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

maior público;

CONSIDERANDO que a empresa contratada possui um trabalho consolidado e reconhecido pelo público;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses dos artistas, visto que, a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana 21 de Janeiro de 2026

ERIKA ALVES QUIRINO

Coordenadora de Compras

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 028/2026 – PRC 030/2026 - PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO – PROCESSAMENTO E TRAMITES REGULARES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística da "Banda Uai Sô", para apresentação artística, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2º, § 3º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei nº 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação artística da "Banda Uai Sô" para apresentação artística no Município de Mariana-MG, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal n° 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 012/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

A estimativa prévia de preço da contratação em R$ 10.000,00 (dez mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010) e na justificativa de preço (fl. 022).

Consta, à fl. 054, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pelo artista "Banda Uai Sô" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 025/041). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016. Deste modo, acostada declaração em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021 assinado pelo ordenador de despesas (fls. 021).

A razão da escolha do contratado pode ser observada às fls. 012/013, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Carnaval é uma das festividades mais tradicionais da cidade, atraindo moradores, visitantes das cidades vizinhas e turistas de diversas regiões, movimentando o comércio local, fortalecendo o setor de serviços e promovendo a circulação de renda. Além de seu impacto econômico, o evento desempenha papel fundamental na valorização da cultura local, na promoção do lazer e no fortalecimento da identidade marianense. A

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

> inclusão de atrações musicais qualificadas contribui para ampliar a visibilidade do evento, assegurar a participação popular e garantir a diversidade de ritmos e estilos, respeitando a tradição carnavalesca e atendendo às expectativas da comunidade. A contratação em questão é indispensável para a composição de uma programação atrativa, segura e organizada, capaz de atender ao planejamento da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e cumprir os objetivos definidos para o Carnaval 2026. Ressalta-se, ainda, que a definição prévia das atrações possibilita uma melhor estruturação logística, maior eficácia nas ações de divulgação e a contratação tempestiva de demais serviços necessários para a realização do evento. Dessa forma, a contratação da atração justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade artística do Carnaval de Mariana 2026, fortalecer o calendário cultural do município, fomentar a economia local e garantir o direito da população ao acesso à cultura, ao lazer e ao entretenimento em evento grande porte e tradição regional."

Consta proposta às fls. 023 e release às fls. 048 e seguintes. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 056, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio de contratos e notas fiscais, às fls. 042/045, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 022.

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

O §2º do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico"

Para tanto, foi juntado Contrato de Exclusividade, à fl. 024.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta nº. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional,

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública.* 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 049/052, constam apresentações correlatas do artista em eventos similares, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procuradoria Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado por "Banda Uai Sô".

a) Sejam atualizadas as certidões vencidas no decorrer do processo.

Recomenda esta procuradoria que em processos de contratação de profissionais do setor artístico, seja especificado/desmembrado o valor da proposta, com o detalhamento do cachê artístico e dos custos de transporte, alimentação, entre outros.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 26 de janeiro de 2025.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG n° 172.712

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo.

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é a contratação da Banda " UAI SÔ" para compor a programação do Calendário Cultural 2026.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 030/2026
Inexigibilidade de licitação nº: 028/2026
Dispositivo legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 250/2025, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão a três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

No artigo 169, §3º, a Lei nº 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

---

[1] **Lei nº 14.133/21 - art. 169, § 3º** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal nº 11.813/2024 e do Decreto municipal nº 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 065 folhas reunidas em um único volume. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

---

irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2]**Decreto municipal nº 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal nº 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal nº 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3]**Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

Danilo Brito dela Dorve
Controlador Geral

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 10, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

3. Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas – fl. 11.

4. Consta o Termo de Referência – fls. 12 a 20 conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo ordenador de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Ressalvamos que, nenhum dos documentos de planejamento da contratação (DFD, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência), não há a indicação da dotação orçamentária;

6. Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) – fl. 023,

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Denilo Brito das Dores
Controlador Geral

7. Consta manifestação do encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

8. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2° do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal nº 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: justificativa no item 1 do DFD, tópico *"justificativa da necessidade"* – fl. 01; no item 1, tópico *"descrição da necessidade da contratação"* – fl. 04, e item 7, ambos do ETP; assim como nos itens 2 e 4 do Termo de referência – fls. 12 e 13; Portfólios de apresentações anteriores fls. 048 a 052.

9. Consta nos autos a comprovação de que a empresa **MALUTE SOM & EVENTOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n°: 01.086.433/0001-94**, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal; declaração de habilitação e qualificação – fls. 037 a 038;

10. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 21 e três documentos/contratos fiscais – fls. 042 a 044;

11. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores superiores comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública.

[5] A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Em relação à existência de demonstração da compatibilidade entre o preço a ser contratado e o valor de mercado, assim como, a vantagem econômica, em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		Preço proposto ao Município de Mariana (B)	Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <
NOTA FISCAL 04	R$ 7.000,00	**R$ 5.000,00**	**A > B**
NOTA FISCAL 05	R$ 8.000,00		**A > B**
NOTA FISCAL 04	R$ 6.000,00		**A > B**

Em conformidade com a tabela supra, após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, observa-se que o valor da proposta é compatível com os valores que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é inferior aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

12. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fl. 055.

13. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente – fl. 054, **porém, não há como validar a informação com os instrumentos de planejamento, uma vez que não houve a indicação de dotação nos referidos instrumentos (DFD, ETP, TR)** (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

Dotação: 24.001.13.392.0016.2.552 3.3.90.39 – fonte de recurso 1.500 - ficha 575

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

14. Consta a indicação do agente responsável pela condução do procedimento de contratação direta – fl. 002, no entanto, **não consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação. Sendo assim, recomendamos que seja juntado ao processo.**

ATENÇÃO:
Visto que não identificamos no processo o ato de designação dos encarregados pelo planejamento da contratação, aproveitamos a oportunidade para **orientar ao Secretário** que o art. 5º do Decreto Municipal 11.813/2024, determina que o encarregado de planejamento da contratação deve ser indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal da respetiva pasta, e designado pelo chefe do poder executivo, por meio de portaria, observados os requisitos dispostos nos arts. 8º, 10 e 11, do mesmo Decreto. Essa orientação de justifica em razão de que **o encarregado de planejamento da contratação** é o servidor responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Documento de Análise de Riscos, Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, instruir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, dentre outras atribuições elencadas no art. 17 do Decreto Municipal 11.813/2024.

15. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 057 a 058, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

16. Consta o parecer jurídico - fls. 059 a 065, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

17. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 16/12/2025 às 14h08min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal n° 11.812/2024, ***desde que:***

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais n° 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no §1° do art. 14, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei n° 14.133/2021, **observados o §4º do art. 14 do Decreto Municipal 11.812/2024 e §2º art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, na qual **no caso de contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, "a publicação deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas"**.

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

---

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I** - Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 26 de janeiro de 2026.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 28/2026

PROCESSO: 30/2026

OBJETO: CONTRATACAO DA BANDA UAI SÔ PARA APRESENTACAO ARTISITICA NO EVENTO INTITULADO "CARNAVAL MARIANA 2026".

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o evento em tela visto tratar-se de festividade tradicional a nível nacional compreendendo a maior manifestação cultural do pais;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho do artista em comento, visto possuir carreira longa e duradoura, e já ter se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses da banda em tela, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, inclusive no mesmo período carnavalesco, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 27 de janeiro de 2026

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo